

Karin Wall  
Cátia Nunes  
Ana Raquel Matias

## Capítulo 29

# Mulheres imigrantes e novas trajetórias de migração: um croché transnacional de serviços e cuidados no feminino

### Introdução

A importância das mulheres nos movimentos migratórios contemporâneos é hoje um dado adquirido na sociologia das migrações. Na Europa Ocidental vivem actualmente cerca de vinte milhões de estrangeiros (5,1% do total da população residente), dos quais metade são mulheres (Wenden 2005). Em Portugal, as mulheres representam 54% da população estrangeira,<sup>1</sup> uma proporção que tem vindo a crescer ao longo das últimas décadas (*e. g.*, Peixoto 2006; Wall, Nunes, e Matias 2005a).

Apesar do aumento da imigração feminina, pouco se sabe sobre os projectos e os percursos actuais das mulheres migrantes. Todos os estudos destacam, principalmente no passado mas ainda no presente, o percurso «familiar» em que o homem emigra primeiro e a mulher e os filhos depois, por vezes ao fim de vários anos e somente quando estão garantidas as condições mínimas de subsistência para o agregado familiar. Neste contexto, o homem é considerado como o elemento da família que se insere rapidamente na sociedade receptora enquanto a mulher, nem sempre integrada no mercado de trabalho, se adapta de forma mais lenta ou difícil.

No entanto, também é sabido que nem todas as mulheres se incluem neste tipo de percurso e que a imigração feminina está em mudança. Os estudos sobre mulheres migrantes desenvolvidos a partir dos anos 80 vieram introduzir um novo olhar sobre as características da imigração feminina: a presença de mulheres solteiras e jovens e não só de mulheres casadas; a participação intensa

---

<sup>1</sup> OCDE (2005). *Migrant Women and the Labour Market: Diversity and challenges*. Bruxelas: Seminário organizado pela OCDE e pela Comissão Europeia. Os dados referem-se a imigrantes laborais, de acordo com o *European Union Labour Force Survey*.

no mercado de trabalho de muitas mulheres que imigram ao abrigo do reagrupamento familiar; as mulheres enquanto protagonistas de novas práticas familiares (de contracepção, por exemplo); a diversidade do lugar das mulheres em função da idade, da cultura de origem, dos motivos de emigração (*e. g.*, Donato 1993; Kofman 1999; Morokvasic 1983, 1984; Phizacklea 1983; Taboada-Leonetti e Levy 1979; Wall 1984; Zlotnik 1990).

Mais recentemente, vários autores analisam o impacto da globalização e das mudanças demográficas e sociais na Europa, mostrando que o recrutamento de trabalhadores para certos sectores de serviços – cuidar de idosos e de crianças, serviços domésticos, enfermagem, restauração – tem reforçado o apelo a fluxos contínuos e intensos de imigração feminina (*e. g.*, Anthias e Lazaridis 2000; King 2000, 2001; Mahler 1999; Morokvasic, Erel, e Shinozaki 2003; Parreñas 2001, 2005; Pessar e Mahler 2003; Phizacklea 2003). Mostram, também, que as distâncias no mundo globalizado pouco contam: são mulheres do Equador que deixam os filhos com as avós para vir cuidar de crianças em Espanha, são mulheres das Caraíbas ou da Ásia que tratam de idosos e doentes no Reino Unido e na Irlanda. É também nesse sentido que Hochschild identifica a existência de *cadeias globais de cuidados*, referindo-se através deste conceito a uma globalização crescente dos cuidados – prestados a crianças, idosos e doentes – protagonizada por mulheres (embora não em exclusivo) de diferentes continentes, idades e gerações (2000).

Na generalidade dos países ocidentais da União Europeia verifica-se um aumento da procura de mão-de-obra feminina estrangeira nos sectores dos serviços de limpeza, hotelaria, restauração e domésticos (ONU 2004). Esta procura tem sido reforçada pela crescente entrada das mulheres desses países no mercado de trabalho e pela necessidade que daí decorre de ter alguém ao seu serviço (normalmente outra mulher) para conseguir uma melhor conciliação entre a vida profissional e a vida familiar. Importa salientar, também, que o envelhecimento da população europeia, e a conseqüente abertura de um novo nicho de mercado relacionado com a prestação de cuidados a idosos, tem contribuído de forma determinante para esta situação. Deste modo, as mulheres imigrantes têm vindo a ganhar um espaço importante no mercado de serviços de apoio à família, desempenhando na emigração um papel fundamental não só para a subsistência da família mas também para a economia do país de origem, a partir das remessas que enviam. Sassen propõe mesmo a noção de «feminização da sobrevivência»: *because it is mainly women who make a living, create profit and secure government revenue [...] in using the notion of feminization of survival I am not only referring to the fact that households and whole communities are increasingly dependent on women for their survival [...] governments are also dependent on women's earnings* (2003, 61).

Tendo em conta este novo contexto de imigração feminina, procura-se neste artigo identificar, na sua diversidade actual, as principais trajectórias das mulhe-

res migrantes em Portugal, olhando apenas para as mulheres inseridas em fluxos migratórios *laborais*. Partindo de uma aproximação teórica centrada no *percurso de vida* (e. g., Elder, Johnson, e Crosnoe 2003; Elder 1985) como objecto central de análise, efectuámos entrevistas em profundidade a trinta e três mulheres imigrantes de primeira geração e de três nacionalidades: brasileira (12 entrevistas), ucraniana (9 entrevistas) e cabo-verdiana (12 entrevistas).<sup>2</sup> Para captar as trajetórias de migração e a sua relação com outras trajetórias (escolar, familiar, profissional, residencial), o estudo qualitativo focou várias dimensões do percurso de vida e dos momentos migratórios. Entre elas, destacam-se: a biografia familiar da entrevistada, entre a família de origem e a actual família; as trajetórias de educação, de actividade profissional e de mobilidade geográfica antes de vir para Portugal; os acontecimentos que precederam a emigração e as razões para emigrar; as condições de partida e chegada e o projecto de imigração; a situação actual em Portugal (legalização, trabalho, residência, família e redes de apoio, estratégias de poupança) e a avaliação subjectiva da experiência de imigração, incluindo o confronto entre o projecto migratório inicial e actual, bem como as expectativas relativamente ao futuro.

### **Principais trajetórias de migração feminina**

A partir da análise de conteúdo das entrevistas em profundidade, em particular da reconstituição do percurso e dos significados da migração, foi possível agrupar as mulheres em sete tipos de trajetória. Num primeiro momento, encontrámos dois grandes perfis de mulheres migrantes: as que têm um projecto de migração individual e imigram sozinhas ou apenas com o(s) filho(s) (*percurso migratório feminino autónomo*); e aquelas que se integram num projecto de migração familiar, imigrando quer em simultâneo com o marido/companheiro, quer antes ou depois (*percurso migratório familiar*). Num segundo momento, identificámos uma variedade de trajetórias distintas no interior de cada perfil. São sete retratos qualitativos em que procuramos descrever os traços característicos de cada tipo de trajetória, baseando-nos sempre em casos (percursos de vida) que ilustram, de forma sucinta, cada tipo.

---

<sup>2</sup> As entrevistas foram realizadas em 2005 e no início de 2006. As mulheres entrevistadas tinham entre 23 e 44 anos, chegaram a Portugal entre 1994 e 2004 e pertenciam a níveis de escolaridade e a profissões diferentes. Escolheram-se estas três nacionalidades por representarem as nacionalidades com um número mais elevado de imigrantes em Portugal (v. Wall, Nunes, e Matias 2005).

Os resultados apresentados neste artigo fazem parte de um projecto de investigação da Comissão Europeia sobre imigração feminina na Europa, que se realizou em sete países europeus (Dinamarca, Irlanda, Itália, Letónia, Polónia, Portugal e Suécia), com coordenação global da Fundação Brodolini em Itália (e de Rossana Trifiletti, Universidade de Florença) e com coordenação em Portugal de Karin Wall. Para mais dados sobre o projecto e sobre as características das mulheres imigrantes das três nacionalidades seleccionadas, v. o relatório *Female Migration Vision* publicado *online* pelo ICS-UL (Wall, Nunes, e Matias 2005b).

## Percurso migratório autónomo

No que diz respeito ao percurso migratório autónomo, foi possível identificar três tipos de trajetória.

### Trajectoria autónoma – *poupança intensa a curto prazo*

Incluem-se neste tipo de trajetória as mulheres imigrantes que têm um projecto migratório a curto prazo e bem definido no tempo – regressar ao fim de três ou quatro anos – sendo o principal objectivo ganhar (e poupar) o mais possível durante a estadia. O dinheiro destina-se a garantir o sustento dos filhos menores que ficaram no país de origem, a construir ou renovar uma casa, a pagar uma dívida ou despesa avultada ou, ainda, a financiar os estudos de um dos filhos. Para conseguir poupar intensivamente, estas mulheres fazem longas horas de trabalho, recorrendo se necessário a estratégias de duplo ou mesmo triplo emprego, e gastam o menos possível no alojamento e nas despesas do dia-a-dia. Os serviços domésticos e de prestação de cuidados (internos), em que o alojamento é garantido e gratuito à partida, são, por isso, um dos sectores mais procurados por estas mulheres. É também frequente, sobretudo na imigração feminina brasileira, a mulher imigrante quando chega vir substituir uma outra mulher sua conhecida, estabelecendo-se desta forma uma cadeia ininterrupta de trabalho que evita, do ponto de vista das imigrantes, a perda de tempo na procura de emprego e de alojamento. A urgência do regresso, a necessidade de poupar e o sofrimento associado à ausência dos filhos marcam sempre o quotidiano destas mulheres: o projecto impõe ritmos de trabalho contínuos e sem descanso, os únicos que parecem justificar uma separação prolongada.

Sendo o traço aglutinador do grupo o facto de estas mulheres terem um projecto autónomo de imigração centrado numa estadia curta e de poupança intensa, os seus retratos sociológicos podem ser ligeiramente diferentes, como ilustram os exemplos seguintes. O caso mais típico parece ser o das *mães só solteiras ou separadas/divorciadas*, geralmente jovens (entre os 20 e os 35 anos), que deixam os filhos pequenos no país de origem. Mas também surgem no contexto desta trajetória casos de *mulheres casadas*, um pouco mais velhas, que deixam filhos adolescentes ou adultos jovens e o marido no país de origem. Vejamos as trajetórias de duas mulheres que exemplificam estas situações.

#### *Mãe só solteira*

Neuza é uma imigrante brasileira de 23 anos, mãe solteira, e chegou a Portugal em 2005. Deixou uma filha, na altura com seis meses, ao cuidado da mãe, a qual também cuida de um neto de oito anos, filho de uma irmã de Neuza (também mãe só solteira, em Portugal há três anos, e a primeira da família a emigrar). Neuza frequentou a escola sem completar o ensino secundário e começou a trabalhar cedo

na vida: primeiro na Prefeitura da sua cidade enquanto auxiliar de saúde, depois como vendedora numa loja. Quando ficou desempregada, decidiu começar a fazer artesanato (bonecas de croché) que vendia na rua, e era isso que fazia quando engravidou. O companheiro, trabalhador da construção civil, também estava desempregado e vivia em casa dos pais; nunca chegaram a viver juntos ou a projectar uma vida em comum, embora dormissem de vez em quando em casa ora de um, ora de outro. Muito antes de a sua filha nascer, Neuza percebeu que tinha poucos meios para se sustentar a si e à filha e começou a planear a vinda para Portugal com a ajuda da irmã. Emigrou com a garantia de um lugar de empregada doméstica interna, a cuidar também de uma pessoa idosa dependente, vindo substituir nessa mesma casa uma amiga brasileira da irmã que emigrou para França para se juntar ao companheiro. As duas mulheres ainda trabalharam juntas durante uma semana, tornando assim mais fácil a mudança no posto de trabalho. Neuza não se encontrava legalizada na altura da entrevista e pretendia ficar em Portugal durante três anos. Durante o primeiro ano tem de saldar a dívida que contraiu para pagar a viagem; nos dois anos seguintes quer poupar para construir uma casa no Brasil (acrescentando um andar, para ela e a filha, à casa da mãe). Desta forma, Neuza vê a estadia em Portugal como uma maneira de alcançar um objectivo (ter casa própria) que no Brasil não conseguiria realizar, para além de conseguir sustentar a filha à distância (N. envia remessas para o Brasil todos os meses para ajudar a mãe com as despesas). O que mais lhe custa é «perder» os primeiros anos de vida da filha, por isso deseja poupar muito e depressa para não ficar cá mais tempo do que o previsto. À noite, gosta de fazer bonecas de croché, mas tem medo de gastar muito dinheiro na compra de linhas. Além disso, «as linhas de cá são diferentes das de lá», dando às saias das bonecas um aspecto menos bonito. Quando tem algum tempo livre, vai ter com a irmã, também empregada doméstica, e é este apoio e convívio que a ajuda a aguentar o dia-a-dia.

#### *Mãe casada*

Lúcia é uma imigrante de nacionalidade brasileira com 44 anos de idade e emigrou para Portugal em 2001. No Brasil vivia com o marido e uma das duas filhas adultas que tem problemas graves de saúde. A ideia de emigrar surgiu da sua vontade de ganhar dinheiro para pagar uma intervenção cirúrgica de que a filha precisava; depois de estar cá, também quis aproveitar para poupar algum dinheiro (queria ter um pé-de-meia na altura do regresso e, eventualmente, fazer obras em casa). Em Portugal, Lúcia tinha uma amiga que a recebeu em sua casa e a ajudou a procurar o primeiro emprego. Começou por trabalhar como empregada de limpeza num supermercado, fazendo os turnos da noite. Depois aceitou tomar conta de uma pessoa idosa com Alzheimer, mantendo assim dois empregos e trabalhando das 10h às 17h a cuidar da pessoa idosa e da meia-noite às 6 da manhã no supermercado. Foi através do emprego de prestação de cuidados que Lúcia conseguiu um contrato de trabalho e legalizou a sua situação (autorização de permanência). Lúcia descreve a sua vida em Portugal como muito centrada no dia-a-dia de trabalho, com poucos contactos para além da amiga e das pessoas com quem trabalha. Já conseguiu pagar a operação da filha e poupar algum dinheiro, por isso pensa regressar ao Brasil muito em breve. De facto, ao contactarmos de novo a empregadora de Lúcia no início de 2006, soubemos que tinha voltado para o Brasil e que já estaria a fazer obras na casa.

Antes de partir, Lúcia contactou uma outra amiga no Brasil que a veio substituir no trabalho de prestação de cuidados.

### Trajectória autónoma – *vida nova a longo prazo*

As mulheres imigrantes neste tipo de trajectória não pensam na poupança e no regresso a curto prazo. O principal objectivo da emigração é conseguir ter «uma vida nova» e instalar-se no país de acolhimento a longo prazo. A ideia de «uma vida nova» refere-se à possibilidade de encontrar trabalho e de ter um salário bom que permita aceder a melhores condições de vida para si e, quando os têm, para os filhos dependentes. No entanto, principalmente no caso das mulheres imigrantes divorciadas, é também referida a esperança de vir a refazer a vida conjugal, encontrando um novo companheiro/marido em Portugal. O regresso ao país de origem não é posto de lado mas é encarado como uma possibilidade distante e pouco desejável, muito associado ao falhanço do projecto migratório.

As mulheres incluídas neste tipo de trajectória são em geral *mulheres solteiras sem filhos* ou *mulheres divorciadas/separadas* que imigram com os filhos, sendo em geral bastante jovens na altura da emigração. No entanto, também se encontrou o caso de uma mãe só solteira com um filho no país de origem e outro filho nascido em Portugal (ver a trajectória de Júlia, mulher imigrante cabo-verdiana). A intenção inicial era trazer o primeiro filho ao fim de algum tempo, mas vários acontecimentos – sobretudo a falta de rendimentos mas também a passagem por uma nova relação conjugal e o nascimento de um segundo filho – foram adiando e desfazendo, a pouco a pouco, esse objectivo. Vejamos alguns percursos que ilustram estas situações.

#### *Mulher solteira sem filhos*

Dalila é uma imigrante de 31 anos de idade, natural da cidade de Marcelino Vieira, onde viveu até aos 14 anos de idade, mudando-se depois para a cidade de Natal. Vem de uma família de 6 irmãos. A sua mãe tem o ensino primário e sempre foi dona de casa, e o seu pai não chegou a estudar e trabalhava em várias fazendas, cuidando de gado. Dalila não chegou a concluir o ensino secundário, embora o tenha frequentado. Em Natal, trabalhou como vendedora numa empresa e depois enquanto locutora numa rádio local, onde esteve durante 6 meses, até esta fechar. Foi nesta altura, quando se encontrava desempregada, que decidiu seguir os passos de uma irmã mais velha e emigrar. Sabia que podia arranjar emprego facilmente e esperava ter uma vida melhor e diferente, ganhando mais do que no Brasil. Assim, em 2002, Dalila (com 28 anos) veio para Lisboa substituir a irmã como empregada doméstica numa casa particular. Teve de voltar para o Brasil ao fim de 6 meses porque o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras obrigou-a a abandonar o País quando caducou o visto de turismo. Regressou pouco depois, desta vez fazendo a viagem de avião para Madrid e entrando em Portugal de autocarro. Durante três anos trabalhou como empregada doméstica (interna), tomando também conta da esposa doente do

### *Mulheres imigrantes e novas trajetórias de migração*

seu patrão. Depois passou a trabalhar como empregada doméstica à tarde, e de manhã como ajudante a tempo parcial no atendimento ao público numa farmácia. Actualmente trabalha da parte da manhã num café como empregada de balcão. Com estes dois empregos e sem nenhum dia completo de folga, Dalila consegue ganhar por mês cerca de 840 euros (tem um contrato de trabalho no seu emprego como empregada doméstica e foi através deste que conseguiu obter um visto de trabalho, na altura do denominado «Acordo Lula»). Em 2005 adquiriu casa própria, comprada juntamente com o novo companheiro, um cidadão português, de 29 anos de idade, militar de profissão. Dalila sente-se bem em Portugal e não pensa regressar ao Brasil, pelo menos enquanto «as coisas estiverem a correr bem». Quando pode envia algum dinheiro para a sua conta no Brasil. Contacta frequentemente a família no Brasil, mas menos do que no início da sua estadia.

#### *Mulher divorciada com um filho pequeno*

Atraída pelas oportunidades económicas em Portugal, Pilar é uma mãe divorciada de 34 anos que no ano de 2000 emigra do Brasil com uma filha de 6 meses para tentar começar uma «vida nova». Em Lisboa, as suas qualificações escolares (ensino secundário) e capacidades permitiram que encontrasse trabalho na indústria (com contrato e legalizada) e não como empregada doméstica ou de limpeza. Mais tarde, tornou-se responsável de um armazém num supermercado, auferindo um salário mais elevado. A experiência desta mãe monoparental imigrante foi difícil a vários níveis. Primeiro, para conseguir conciliar a vida profissional e a vida familiar teve de encontrar (a muito custo) uma creche com horários alargados e onde pagasse de acordo com o seu rendimento; em segundo lugar, teve muita dificuldade em encontrar um emprego em que ganhasse mais do que o salário mínimo e onde não fosse nem explorada pela entidade patronal nem assediada sexualmente. Após alguns anos, Pilar começou uma nova vida conjugal com um homem português divorciado, proprietário de uma pequena empresa de construção civil. No momento da entrevista não estava a trabalhar e tinha voltado a estudar. Pilar sente-se integrada e confiante em relação à sua vida em Portugal e não pensa voltar para o Brasil.

#### *Mãe só solteira (filhos em Portugal e em Cabo Verde)*

Júlia é uma mulher de nacionalidade cabo-verdiana que decidiu emigrar para Portugal no ano de 1995. Em Cabo Verde vivia com uma tia desde os 3 anos de idade, deixada pelos pais que emigraram para Portugal e nunca a vieram buscar; depois disso, Júlia só viu a mãe uma vez, quando tinha 13 anos. Aos 20 anos, teve a sua primeira filha (fora do casamento) e o projecto migratório surge como uma forma de tentar aumentar os rendimentos (baixos e instáveis) e de «mudar de vida». Emigrou sozinha, sem nenhum contacto em Portugal, e deixando a filha de 1 ano de idade com a tia. Em Portugal, conseguiu arranjar um primeiro trabalho como empregada doméstica, onde apenas recebia alojamento e comida. Passados seis meses foi trabalhar para outra família, mas desta vez recebendo um salário. Júlia conheceu um novo companheiro em Portugal com quem teve uma segunda filha e viveu em casal por um período de dois anos (num apartamento alugado). Foi nessa altura que pensou trazer a filha de Cabo Verde mas foi adiando a decisão, não só devido à nova gravidez mas também por causa dos desentendimentos conjugais, cada vez mais

frequentes. Depois da separação Júlia teve dificuldades em conseguir pagar a renda e sustentar-se a si e à sua filha, acabando por ter de alugar um quarto num bairro degradado da periferia de Lisboa (Azinhaga dos Besouros). Actualmente, Júlia trabalha para uma empresa de serviços de limpeza, recebendo o salário mínimo, e não tem qualquer apoio financeiro dos pais das suas filhas. Depois de pagar a renda (100 euros) e a ama (100 euros) e de mandar algum dinheiro para Cabo Verde, Júlia sobrevive com dificuldades, passando fome para alimentar a filha. Desde que se encontra em Portugal, Júlia não conseguiu ir a Cabo Verde, por isso não vê a filha mais velha desde 1995. Apesar das dificuldades que vive em Portugal, não vê um futuro para si e para as suas filhas em Cabo Verde. Por isso vai ficando e espera conseguir ter uma vida melhor.

### **Trajectória autónoma – em *ioiô***

As mulheres imigrantes neste tipo de trajectória revelam características muito específicas: pobreza extrema na infância, entrada precoce no mercado de trabalho, elevada mobilidade laboral no seio familiar, mobilidade geográfica frequente como uma forma de procura individual e constante pela sobrevivência. São contextos de exclusão social onde se espera que cada indivíduo sobreviva sozinho, e em que a procura de trabalho e de sustento se pode associar desde cedo à migração entendida como um modo de vida (e não tanto como uma solução para certos acontecimentos ou problemas da vida). No contexto das migrações internacionais na Europa, as mulheres migrantes neste tipo de trajectória são geralmente solteiras e jovens e movem-se na procura de melhores condições de trabalho e de vida, mudando frequentemente de país ou viajando constantemente entre o país de origem e diferentes países de destino – por outras palavras, tendo um percurso migratório em *ioiô*.

Bia tem 44 anos e nasceu no estado de Sergipe. Vem de uma família extremamente pobre e com muitos (13) filhos, onde a sobrevivência depende, desde cedo, da capacidade das crianças em encontrar trabalho, migrando se necessário sazonalmente ou de forma mais permanente. Quando os pais, ambos analfabetos, se separaram, Bia foi viver com a mãe (mulher a dias) para uma favela na periferia de São Paulo. Começou a trabalhar aos 13 anos, como empregada doméstica e *baby-sitter*, e alguns anos depois emigrou para o Rio para trabalhar num hotel. Os seus trajectos migratórios passaram por múltiplos destinos, primeiro dentro do Brasil, depois entre o Brasil e a Europa (do Rio para a Suécia, de volta para o Rio, depois para São Paulo e mais tarde para Fortaleza, daí para Portugal, de novo para São Paulo, depois para a Itália, de novo para Portugal, para a Itália mais uma vez, e depois para Portugal, onde está actualmente); tudo isto ao longo de um período de mais de vinte e cinco anos. Tanto no Brasil como nos vários países por onde passou e viveu durante algum tempo, Bia trabalhou quase sempre como empregada doméstica e de limpeza, tendo também alguma experiência de trabalho em restaurantes, principalmente como ajudante de cozinha. A primeira vez que esteve em Portugal, em



1992, foi trazida por uma família portuguesa com crianças pequenas que conheceu no Brasil e para a qual veio trabalhar como empregada doméstica. No entanto, como não lhe pagavam um salário, rapidamente deixou este emprego e conseguiu um trabalho como empregada de limpeza nas obras da Expo 98. Foi aí que obteve uma autorização de residência (processo de regularização extraordinária) e foi também nesta altura que Bia teve a filha, fruto de uma relação com um imigrante guineense. Depois do nascimento da filha, Bia passou a trabalhar como empregada de limpeza numa empresa de electrodomésticos, mas a vida não lhe correu bem. Era difícil trabalhar e cuidar da filha ao mesmo tempo e o salário não chegava para cobrir as despesas. Decidiu por isso regressar ao Brasil onde podia contar com a ajuda da família para cuidar da criança enquanto trabalhava. Ficou durante alguns anos em São Paulo, depois decidiu «tentar a sua sorte» na Europa mais uma vez, aceitando uma proposta para vir trabalhar como empregada doméstica numa família italiana. Fica pouco tempo em Itália (cinco meses), depois decide voltar a Portugal para encontrar o pai da filha, para que juntos tentem trazê-la legalmente para Portugal. Durante um ano trabalha como empregada doméstica interna, depois vai para Itália novamente, onde trabalha durante algum tempo como empregada de um restaurante; mas acaba por regressar a Portugal quando sabe que a filha tem autorização para vir. Conheceu, entretanto, o seu actual companheiro. Neste momento vive na zona de Lisboa com a filha e o companheiro, um cidadão inglês. Trabalha como empregada doméstica numa casa particular, das 14h às 20h, e durante as manhãs em mais três casas. Bia não conseguiu renovar a autorização de residência que tinha recebido em 1993, encontrando-se por isso em situação irregular. No entanto, espera conseguir obter a nacionalidade portuguesa para a filha, já que o pai reside em Portugal há mais de dez anos, e resolver a seguir a sua situação. Está confiante relativamente ao futuro de ambas em Portugal; é um futuro que não passa pelo regresso ao Brasil mas Bia gosta muito de Itália e não se importava de ir viver para lá outra vez.

## **Percurso migratório familiar**

No que diz respeito ao percurso migratório familiar, foi possível identificar quatro tipos de trajetória.

### **Trajetória familiar clássica «à procura de uma vida melhor para a família»**

As mulheres imigrantes neste tipo de trajetória são casadas ou vivem em união de facto e seguem uma trajetória migratória *clássica* de reagrupamento familiar em que o marido ou companheiro é o primeiro elemento da família a emigrar. O processo de reagrupamento familiar poderá ser formal, quando o pedido tem lugar um ano após o marido/companheiro estar a residir legal-

mente no País,<sup>3</sup> mas poderá ser também informal, quando a mulher viaja com um visto de turismo, sem requerer legalmente o reagrupamento familiar ou fazendo-o apenas algum tempo depois da chegada.

De um modo geral, estas famílias imigrantes procuram trabalho, melhores rendimentos e melhores condições de vida a longo prazo. No entanto, é importante distinguir os casais que *já trouxeram os filhos* daqueles que, encontrando-se ainda numa situação económica instável ou prevendo outros problemas (difícil integração escolar das crianças, difícil legalização), preferiram *deixar os filhos menores* com os avós no país de origem. Neste último caso, verifica-se alguma hesitação relativamente à duração da estadia. Isto é, apesar de iniciarem um projecto de longo prazo, a imigração nestes casais que deixam os filhos no país de origem será apenas compatível com uma estadia mais definitiva se a integração económica e social for particularmente bem sucedida. A ideia de regressar a casa é, por isso, constantemente repensada, tornando-os mais atentos à mudança de oportunidades no país de origem. É uma incerteza que se encontra sobretudo nas famílias ucranianas, porque esperam que a crise económica no país de origem seja temporária. No caso das famílias cabo-verdianas, emigrar significa sempre ficar em Portugal, se não para sempre, pelo menos ao longo da vida activa.

Os próximos retratos ilustram dois percursos clássicos de migração familiar, de famílias que se encontram em fases ligeiramente diferentes da trajectória de migração. No primeiro caso, de uma mulher imigrante ucraniana que chegou a Portugal há menos de dois anos, as condições legais e de trabalho ainda não estão suficientemente estabilizadas para que seja possível pensar em desenraizar o filho de 10 anos. No segundo caso, de uma mulher imigrante cabo-verdiana que chegou a Portugal em 1994, o casal decidiu há muito que ficava em Portugal. Também começaram por deixar os filhos em Cabo Verde, não tanto por razões de incerteza quanto à estadia a longo prazo em Portugal mas sobretudo para que fosse mais fácil a mulher conciliar o trabalho e a vida familiar; mas ao fim de quatro anos a família já estava toda reunida em Lisboa.

#### *Mulher casada, filho na Ucrânia*

Tatiana é uma imigrante ucraniana de 25 anos, casada, que chegou a Portugal em 2004. O pai foi o primeiro da família a emigrar, em 2000, e o marido veio pouco

---

<sup>3</sup> Até à entrada em vigor da nova lei da imigração (Lei n.º 23/2007, 4 de Julho), o processo de reagrupamento familiar estava dependente do tipo de visto do requerente. O titular de uma autorização de residência (AR) solicitava o reagrupamento familiar (que dá acesso directo ao mercado de trabalho ao cônjuge em qualquer actividade profissional, ficando este dependente por dois anos do principal titular da AR), enquanto os titulares de outros tipos de vistos (por exemplo, autorizações de permanência e vistos de trabalho) solicitavam a reunião familiar (em que o cônjuge pode trabalhar ao fim de seis meses de estadia no País mas apenas em profissões por conta de outrem e após aprovação de uma promessa de contrato de trabalho pela Inspeção Geral do Trabalho; neste caso, o familiar é considerado como dependente do principal titular do visto (Decreto-lei n.º 244/98, 8 de Agosto; Decreto-Lei n.º 34/2003, 25 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 6/2004, 26 de Abril).

depois, em 2001. Antes da emigração, a família tinha problemas económicos graves. O pai tinha sido reformado compulsivamente aos 45 anos com uma pensão muito baixa (60 euros) e o marido, embora empregado (polícia), também auferia um salário baixo (100 euros). Como muitas outras famílias na Ucrânia nessa altura, viram na emigração uma solução para conseguir assegurar o sustento da família. Na altura, Tatiana estava a acabar o curso de Fisioterapia. Depois conseguiu empregar-se e, embora auferisse um salário muito baixo, esteve durante dois anos a trabalhar como fisioterapeuta numa clínica. Por isso esperou que o marido estivesse legalizado e veio para Portugal através do processo de reunião familiar, com um visto de estada temporária, mas deixando o filho, de 10 anos, ao cuidado da mãe (doméstica). Pensava que poderia trabalhar legalmente, tendo ficado surpreendida pelo facto de o «reagrupamento» não lhe dar o direito de trabalhar. Tatiana teve uma entrada no mercado de trabalho português ilegal e difícil: trabalhou primeiro num café, onde foi vítima de assédio sexual por parte do dono; seguidamente num lar de idosos, onde foi vítima de violência física por se recusar a exercer funções de enfermagem; e posteriormente numa instituição pública enquanto empregada de limpeza (trabalhou ilegalmente, sempre à espera de uma resposta da Inspeção Geral do Trabalho à promessa de contrato de trabalho que lhe foi feita pela entidade empregadora). Antes que viesse a resposta, Tatiana conseguiu encontrar trabalho como fisioterapeuta num hospital. Esta mudança fê-la pensar com mais confiança no futuro da sua família em Portugal; ainda assim, hesitou em trazer o filho por ele estar bem integrado na escola na Ucrânia. Tanto ela como o marido estão à espera de melhorar as suas condições de estadia em Portugal, nomeadamente através da obtenção de títulos de residência, antes de decidirem se trazem o filho para Portugal.

*Mulher casada, filhos em Portugal*

Dulce é uma mulher de nacionalidade cabo-verdiana de 37 anos e vive em união de facto com António. Pedreiro de profissão, António veio trabalhar para Portugal no fim dos anos 80 e já estava cá legalmente havia alguns anos quando conheceu Dulce durante umas férias em Cabo Verde. Tiveram um primeiro filho e António quis trazer a mulher e o filho mas vivia num quarto num bairro de lata e ganhava pouco. Depois de nascer o segundo filho, António e Dulce decidiram que ela viria sozinha, deixando os dois filhos a cargo da mãe, para poder trabalhar a tempo inteiro e conseguirem assim alugar uma casa melhor. Dulce chegou em 1994. Através de contactos com outros imigrantes cabo-verdianos arranhou logo trabalho como empregada de limpezas numa fábrica. Pouco tempo depois, o casal alugou um pequeno apartamento (uma sala, um quarto e uma cozinha), já fora do bairro de lata. É aonde residem hoje, juntamente com os quatro filhos (com idades compreendidas entre os 2 e os 13 anos), dois dos quais já nascidos em Portugal, e os dois mais velhos que chegaram em 1998. Dulce deixou a fábrica, onde o trabalho era muito duro, e trabalha agora para uma empresa de serviços de limpeza (fazendo dois turnos, da 7h às 11h e das 18h às 21h); ganha o salário mínimo nacional. Para conseguir gerir o trabalho por turnos e o cuidado dos filhos Dulce conta com o apoio do filho mais velho: de manhã, é ele que leva os irmãos para a creche e a escola; ao fim da tarde está em casa quando a mãe sai para o trabalho. Dulce e António gostariam de ter uma casa melhor mas as rendas são demasiado elevadas e os salários

baixos. Quanto ao futuro, pensam talvez voltar para Cabo Verde na altura da reforma.

### **Trajectória familiar – «a mulher primeiro, uma vida melhor para a família»**

Incluem-se neste tipo de trajectória mulheres imigrantes casadas ou em união de facto que são os primeiros elementos da família a emigrar. Procuram um país de acolhimento que lhes proporcione emprego e rendimentos para assegurar a sobrevivência e uma vida melhor para a família. Ao contrário da trajectória «clássica», o marido/companheiro emigra mais tarde, depois de a mulher ter reunido as condições mínimas de estabilidade económica.

São talvez dois os factores que mais contribuem para que seja a mulher, e não o homem, o membro da família a iniciar a emigração. Em primeiro lugar, o facto de existir um nicho de mercado de trabalho (serviços domésticos e prestação de cuidados) destinado exclusivamente à mão-de-obra feminina. As famílias que procuram empregadas domésticas e cuidadores de idosos e de crianças querem mulheres, de preferência, que falem português. As cadeias de chamamento e de trabalho que se constroem são, por isso, geridas e organizadas no feminino. Em segundo lugar, o facto de estas mulheres já serem, nas famílias de origem e nos contextos de precariedade económica e social onde viveram ao longo da vida, elementos-chave enquanto provedoras da família. Desse ponto vista, a emigração vem reactivar, mais do que criar, um papel feminino centrado na autonomia e no trabalho da mulher enquanto elemento indispensável para assegurar a sobrevivência individual e familiar.

Antónia é uma imigrante de 41 anos, casada e com duas filhas, e vivia na cidade do Pará no Brasil. Vem de uma família de dezasseis irmãos e irmãs e a sua infância foi maioritariamente vivida numa favela. Os seus pais tinham poucos recursos económicos e nunca chegaram a frequentar a escola. Antónia andou na escola durante alguns meses. Começou desde os 7 anos a tratar dos irmãos mais novos e a fazer tarefas domésticas e tinha 13 anos quando se empregou. Primeiro trabalhou como empregada doméstica, depois numa plantação de café, e mais tarde, depois de casar, numa fábrica. Teve vários períodos de desemprego, e nessas alturas vendia roupa. Foi sempre habituada a trabalhar e a contribuir, por vezes enquanto ganha-pão principal, para o sustento da família. Quando decidiu emigrar, ela e o marido estavam desempregados e tinham um problema familiar grave, relacionado com uma das filhas que estava «metida na droga». A ideia de ajudar a filha e de procurar melhorar a situação económica da família levam Antónia a imigrar para Portugal, juntamente com a filha, em 2002. Em Lisboa não tinha familiares nem amigos, mas já sabia que seria fácil encontrar trabalho como empregada doméstica. Através de um anúncio que colocou num jornal conseguiu, duas semanas depois de chegar, começar a trabalhar como empregada doméstica. Actualmente, Antónia tem três empregos e conseguiu legalizar a sua situação (visto de trabalho): durante a manhã trabalha

numa farmácia como empregada de limpeza, da parte da tarde trabalha como empregada doméstica em várias casas e também como ajudante de cozinha num restaurante. Não tem nenhum dia de folga e consegue ganhar cerca de 1200 euros. Em 2004, como a vida estava a correr bem em Portugal, o marido, a outra filha (uma jovem mãe divorciada) e o neto partem também para Portugal, vendendo a casa da família para fazer face às despesas da viagem. O marido de Antónia conseguiu arranjar trabalho numa oficina em Santarém, não tendo, no entanto, a sua situação regularizada; o casal vê-se de quinze em quinze dias. A filha mais velha conseguiu libertar-se das drogas e trabalha como empregada de mesa num café, ainda em situação irregular. Antónia não tem intenções de regressar ao Brasil. Quer comprar uma casa em Lisboa e, depois disso, juntar dinheiro para viajar um dia pela Europa.

### **Trajetória familiar – «imigração a dois e uma vida melhor a longo prazo»**

A imigração «a dois» implica que o casal não só decide e planeia o projecto migratório em conjunto como também emigra/imigra ao mesmo tempo. Ao contrário das trajetórias anteriores de migração familiar, em que um dos cônjuges vai à frente e prepara a vinda da família, estes casais procuram estar juntos em todos os momentos do percurso migratório. Recusam assim a lógica de separação conjugal temporária (quase sempre de vários anos) inerente ao processo de reagrupamento familiar. Do ponto de vista da família, este tipo de trajetória encontra-se relacionado com as mudanças contemporâneas na divisão conjugal do trabalho e nos valores da família. São casais jovens que procuram uma divisão partilhada do trabalho pago e não pago na família e que, face à situação de emigração, são partidários de um companheirismo familiar em que o casal e os filhos devem estar juntos e reunidos o mais rapidamente possível. O projecto migratório surge assim centrado não só na procura de emprego para ambos mas também na integração rápida de toda a família na sociedade de acolhimento.

Piatachoc é uma imigrante ucraniana de 30 anos com um curso técnico. Perante uma situação económica difícil, ela operária de nível médio de qualificação mas com baixo salário, e o marido (serralheiro) desempregado, emigram conjuntamente, primeiro para a Polónia e depois para a República Checa – tentativas que não deram certo. Vão a uma agência de viagens na Ucrânia (conhecida por ter contactos de trabalho em vários países da União Europeia) e decidem então vender a casa e emigrar para «recomeçar a vida». A conselho da agência, planeiam o seguinte percurso migratório: ela para Itália, onde sabiam ser mais fácil encontrar um trabalho nos serviços domésticos, e ele para Espanha onde seria mais fácil encontrar um trabalho na construção civil; veriam, em seguida, qual o país que lhes oferecia melhores condições de vida. O autocarro que supostamente o iria deixar a ele em Espanha parou em Lisboa, e em Lisboa este imigrante ficou. O casal acabou por se reunir pouco tempo depois, uma vez que Piatachoc não se adaptou à vida na Itália (Napóles),

apesar de ter conseguido arranjar emprego. Assim, em 1999, encontram-se ambos em Portugal, e trabalham inicialmente no Algarve, na apanha de fruta por seis meses, na esperança de conseguir um contrato de trabalho que lhes permitisse a obtenção de um visto. Como tal não aconteceu, decidem procurar trabalho em Lisboa. No final de 2000, Piatachoc consegue um contrato de trabalho como empregada de limpeza, e posteriormente o seu marido também, trabalhando como serralheiro mecânico numa oficina. É a partir destes contratos que no ano de 2001 conseguem obter a primeira autorização de permanência. Já legalizados e com empregos estáveis, decidem então trazer a filha, de 11 anos, para Portugal. Na altura da entrevista, não previam um regresso ao país de origem, e demonstravam-se preocupados e empenhados na integração escolar da filha, estando os três a frequentar um curso de Português.

### **Trajectória familiar de casais «prontos a partir»**

Os casais enquadrados neste tipo de migração familiar são jovens com qualificações profissionais, não têm filhos, e entram no País com vistos de turismo ou de estudante. Apresentam projectos migratórios centrados na melhoria das condições de vida e nalguma poupança no contexto de uma estadia de curto ou médio prazo. Depois da experiência de desemprego no contexto de uma economia desestruturada (países da Europa de Leste no fim dos anos 90), a experiência migratória é importante para conseguir arranjar trabalho e enviar algum dinheiro para os membros mais velhos da família no país de origem; contudo, a ideia de regresso ou de imigração para outro país está muito presente, principalmente se tal projecto implicar mais e melhores oportunidades (não só económicas mas também profissionais).

Ludmila é ucraniana, tem 28 anos e vive em união de facto. Emigrou para Portugal em 2001, juntando-se ao seu companheiro que vivia no País desde 1999, depois de terminar os seus estudos e na esperança de encontrar melhores condições de vida. Ludmila tem formação média em Engenharia Química e um curso superior em Economia. Em Portugal trabalhou primeiro como empregada de mesa num café, sem contrato, no concelho de Mafra. No momento da entrevista estava a trabalhar em Lisboa como dançarina de discoteca a recibos verdes e empregada doméstica a tempo parcial e com contrato. O seu companheiro tem formação superior em engenharia metalúrgica, mas em Portugal trabalhou inicialmente como pedreiro no Algarve. Como não lhe pagavam, veio para Lisboa e encontrou trabalho num matedouro no concelho de Mafra. Actualmente conseguiu trabalho na sua área de formação e com contrato (mas não reconhecido na sua categoria profissional). Ludmila veio com visto de estudo e o companheiro com visto de turismo, mas ambos conseguiram legalizar-se através do mecanismo de regularização extraordinária (autorizações de permanência), ele em 2001 e ela em 2002. Vivem em Benfica num apartamento partilhado com outra família. Embora satisfeitos por terem conseguido trabalhar durante os últimos anos e até mandar algum dinheiro para os familiares

que ficaram na Ucrânia, Ludmila e o companheiro acham que poderiam ter mais oportunidades profissionais noutro país da União Europeia. Estão a pensar na possibilidade de voltar a emigrar, tendo a Inglaterra como alvo preferencial. Como tal, vêem o seu tempo de estadia em Portugal como indeterminado.

## Conclusões

A análise qualitativa dos percursos de vida das mulheres imigrantes em Portugal mostra que as trajetórias femininas de migração laboral se tornaram mais diversificadas ao longo das últimas décadas. A trajetória em que o homem emigra primeiro e a mulher e os filhos alguns anos depois ainda existe, mas é acompanhada por uma nova pluralidade de trajetórias: umas em que a mulher emigra antes ou em conjunto com o marido/companheiro, sempre no âmbito de um projecto de migração familiar; outras em que a mulher emigra sozinha (ou com os filhos) e tem um projecto mais individual de migração (migração autónoma).

O trabalho exploratório permitiu identificar sete perfis mais típicos de trajetória. No contexto da migração feminina autónoma encontrou-se a trajetória de «poupança intensa a curto prazo», mais característica de mães sós, solteiras ou separadas, que deixam os filhos no país de origem e projectam regressar rapidamente; a trajetória de «vida nova a longo prazo», associada em geral a mulheres jovens solteiras ou a mulheres divorciadas/separadas (acompanhadas dos filhos) que procuram integrar-se no país de acolhimento a mais longo prazo; e a trajetória «ioiô», feita de múltiplos vaivéns entre o país de origem e vários países de imigração, mais característica de mulheres solteiras. Na migração familiar, para além da trajetória clássica em que o homem emigra primeiro, foi possível observar a trajetória «a mulher primeiro», em que o marido e os filhos imigram depois de a mulher ter encontrado trabalho e alojamento em Portugal; a trajetória «a dois», característica de casais que emigram em conjunto (trazendo depois os filhos o mais depressa possível); e a trajetória de casais «prontos a partir», associada a casais jovens, sem filhos, que pensam voltar a emigrar se encontrarem melhores oportunidades de emprego ou de carreira noutro país europeu.

São perfis que têm de ser entendidos numa perspectiva dinâmica, pois existe sempre a possibilidade de que certos acontecimentos ou experiências de vida venham inflectir o sentido, subjectivo e objectivo, de uma trajetória de migração. Por exemplo, uma mulher imigrante inserida numa trajetória de «poupança intensa, estadia curta» pode falhar o seu projecto de poupança, adiar o regresso e transformar gradualmente o projecto numa estadia de longo prazo. Trata-se, no caso da população estudada, de mulheres imigrantes que se encontram a meio ou até no início do percurso de vida, o que significa, no futuro, poder passar por outras e novas vivências tanto no plano da migração como

no plano da vida pessoal e familiar. Do ponto de vista metodológico, podia ser preferível conseguir uma população de mulheres imigrantes cuja trajectória de migração estivesse, por assim dizer, «fechada». No entanto, esta solução teria dificultado a identificação quer de situações migratórias novas, quer de trajectórias de mulheres imigrantes que regressam, mais ou menos rapidamente, ao país de origem.

A pesquisa também permitiu identificar alguns dos factores que contribuem actualmente para a diversificação das trajectórias femininas de migração. Um primeiro factor, já referido aqui e em pesquisas anteriores, tem a ver com um contexto económico global que facilita a emergência de fluxos transnacionais de mulheres para trabalhar em certos nichos de emprego (prestação de cuidados, serviços domésticos e de limpeza, restauração). São empregos desvalorizados e geralmente mal pagos, associados a contextos demográficos e sociais específicos. Na Europa, trata-se de países ricos, demograficamente envelhecidos e com proporções elevadas de mulheres activas, em que o problema da conciliação entre o cuidar de pessoas dependentes (crianças, idosos) e a vida profissional a tempo inteiro nem sempre se resolve facilmente. Na ausência de equipamentos ou de apoios informais adequados, mas também porque se pode preferir manter a pessoa dependente em casa (sobretudo o idoso), a solução da mulher imigrante que cuida a tempo inteiro (e faz algum trabalho doméstico) é uma solução de recurso importante, que evita a «desfamiliarização» total dos cuidados. Nota-se, contudo, alguma segmentação por nacionalidade: as mulheres imigrantes de nacionalidade brasileira, seguidas das mulheres ucranianas (em geral mais qualificadas), são as que ocupam mais facilmente os empregos em casas particulares e nos serviços que exigem alguma qualificação ou uma relação próxima com o público (restauração); enquanto as mulheres cabo-verdianas acedem em geral a empregos mais duros (limpeza em fábricas, limpeza por turnos) e mais afastados do contacto directo com o público ou com as famílias.

Um segundo grupo de factores prende-se com a mudança nos papéis de género ao longo das últimas décadas. Tanto no país de origem como no país de acolhimento, encontramos mulheres que, independentemente de serem solteiras, casadas ou divorciadas, estão a trabalhar e procuram melhores oportunidades de emprego e de qualificação. Nos contextos de partida das entrevistadas, verifica-se uma tendência para a mulher ser activa ao longo da vida e contribuir como provedora para a economia familiar. Em regiões de maiores precariedade social e pobreza, no Brasil e em Cabo Verde, a mulher entra muitas vezes no mercado de trabalho ainda criança ou adolescente; na Ucrânia, pelo menos até aos anos 90, a participação das mulheres no mercado de trabalho, com ou sem filhos, era fortemente incentivada. Em suma, são mulheres que se assumem, à partida, como trabalhadoras e provedoras e que, numa situação económica difícil, podem assumir um papel activo ou mesmo de protagonismo em relação ao projecto migratório.



Por outro lado, em Portugal, a taxa de actividade feminina passou, em vinte e cinco anos, de 44% (1981) para 68% (2006), sendo especialmente elevada nos grupos de idade dos 25-34 (87%) e dos 35-44 (85%) e já um pouco mais baixa no grupo de idade dos 45-64 (62%).<sup>4</sup> Conciliar vida familiar e vida profissional, sobretudo nas famílias em que os adultos trabalham a tempo inteiro e existem pessoas dependentes, é difícil (*e.g.*, Guerreiro e Carvalho 2007; Pimentel 2006; São José e Wall 2006; Torres 2004; Wall, São José, e Correia 2002). Os equipamentos para crianças aumentaram muito, enquanto os equipamentos para idosos, embora seguindo a mesma tendência de crescimento, têm tido mais dificuldade em acompanhar o aumento rápido da população idosa e em fornecer cuidados de qualidade (Wall, Samitca, e Leitão 2008). O recurso aos equipamentos, sobretudo no caso da guarda das crianças, é por isso cada vez mais frequente (Wall 2005); no caso dos idosos dependentes, pelo contrário, é sobretudo a complementaridade entre a família e o apoio domiciliário que é mais frequente, exigindo que seja a família a gerir, em casa, um sistema complexo de cuidados formais e informais (pagos e não pagos). Neste contexto, a solução da empregada/cuidadora doméstica é minoritária e exige recursos económicos mais elevados. No entanto, é uma das soluções mais utilizadas nas famílias de classe média e alta, abrangendo nessas classes sociais uma proporção maioritária de famílias.<sup>5</sup>

Por último, para explicar a maior diversificação das trajetórias femininas de migração também é importante referir o impacto das mudanças da vida familiar. Trata-se, por um lado, do aumento do divórcio e das famílias monoparentais, situações que obrigam frequentemente a mulher a procurar mais recursos económicos ou a emigrar para conseguir assegurar a sobrevivência do agregado doméstico. Trata-se, por outro lado, da presença de novos modelos de vida conjugal, mais assentes na igualdade, na partilha de responsabilidades, no duplo emprego e no companheirismo familiar, afastando-se de um modelo de provedor masculino e de uma forte diferenciação de género no casal. É no contexto deste novo modelo familiar que a imigração conjugal conjunta, «a dois», adquire mais sentido enquanto trajetória de migração do que a trajetória clássica de reagrupamento familiar.

A abordagem qualitativa dos percursos de vida das mulheres imigrantes em Portugal permitiu não só captar a diversidade das trajetórias e de alguns factores que a ela se associam, como trouxe para a análise um olhar em profundidade sobre as características da imigração feminina laboral em contexto transnacional. Sabia-se, à partida, que as mulheres imigrantes vinham trabalhar

---

<sup>4</sup> Mulheres entre os 15 e os 64 anos (INE, Censos 1960, 1970, 1981, 1991, 2001; Inquérito ao Emprego).

<sup>5</sup> Nas famílias de casais com filhos apenas 7% do total têm empregada doméstica para ajudar nas tarefas domésticas. Esta percentagem sobe para 63% nas famílias de empresários e dirigentes (Wall 2005).

para certos nichos desvalorizados do mercado de trabalho. Mas os percursos de vida descrevem também outras dimensões, já retratadas por outros trabalhos sobre mulheres imigrantes: os problemas de legalização, os problemas de discriminação e de agressão nos locais de trabalho (sendo o contexto do trabalho doméstico interno aparentemente mais protegido desse ponto de vista), a difícil gestão do alojamento, os problemas de pobreza e os da guarda de crianças pequenas devido a horários longos e por turnos (*e. g.*, Grassi e Évora 2007; Leandro 1995; Machado e Perista 1997; Padilla 2007; Sertório e Pereira 2004; SOS Racismo 2002; Wall e São José 2004).

Embora estes problemas sejam transversais a todas as mulheres, verifica-se que a situação das mães monoparentais com filhos no país de destino se destaca como uma das mais vulneráveis, sobretudo no caso das mulheres cabo-verdianas. É aqui que pobreza, discriminação racial, mulher sozinha e falta de apoio formal e informal se juntam e conduzem mais facilmente ao isolamento e à exclusão sociais. Confirma-se, assim, a importância de ter em conta a nacionalidade de origem das mulheres imigrantes. Embora os dois percursos de migração feminina – autónoma e familiar – se possam observar em qualquer um dos grupos de mulheres entrevistadas (brasileiras, ucranianas, cabo-verdianas), observa-se uma relação mais estreita entre as trajectórias autónomas e de «a mulher primeiro» nas mulheres brasileiras, devido à articulação forte entre migração feminina «branca» (ou pelo menos representada como mais branca) (v. Lima e Vala 2004) de língua portuguesa e a inserção privilegiada e rápida em empregos em casas particulares. A emigração cabo-verdiana e a ucraniana, ambas marcadas pela inserção masculina no sector da construção civil, ligam-se mais às trajectórias de migração familiar clássica, notando-se porém uma relação clara entre as características dos casais ucranianos, em que ambos são mais qualificados, e as trajectórias de migração conjugal conjunta.

Conclui-se, assim, com uma reflexão antiga da sociologia do *life course*. As trajectórias dos indivíduos só podem ser compreendidas se tivermos em conta a interacção complexa entre tempo histórico, tempo social e económico, constrangimentos étnicos e culturais, e percurso de vida. A migração feminina, tal como a descrevemos neste trabalho exploratório, faz recordar os problemas de sempre dos imigrantes laborais através da história do capitalismo. Mas aponta, também, para tempos sociais, familiares e de percurso de vida que imprimem, hoje, uma especificidade nova às trajectórias femininas de migração.

## Referências bibliográficas

- Anthias, Floya, e Gabriella Lazaridis, orgs. 2000. *Gender and migration in Southern Europe: Women on the move*. Oxford: Berg.
- Donato, Katharine. 1993. Current trends and patterns of female migration: Evidence from Mexico. *International Migration Review* 27 (4): 748-771.
- Elder, Glen H., org. 1985. *Life course dynamics: Trajectories and transitions 1968-1980*. Nova Iorque: Cornell Univ. Press.
- Elder, Glen H., Monica K. Johnson, e Robert Crosnoe. 2003. The emergence and development of life course theory. In *Handbook of the life course*, orgs. Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan, 3-22. Nova Iorque: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Grassi, Marzia, e Iolanda Évora, orgs. 2007. *Género e migrações cabo-verdianas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Guerreiro, Maria das Dores, e Helena Carvalho. 2007. O stress na relação trabalho-família: Uma análise comparativa. In *Família e género em Portugal e na Europa*, orgs. Karin Wall, e Lígia Amâncio, 129-179. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Hochschild, Arlie R. 2000. Global care chains and emotional surplus value. In *On the edge: Living with global capitalism*, orgs. Will Hutton, e Anthony Giddens, 130-146. Londres: Jonathan Cape.
- José, José São, e Karin Wall. 2006. Trabalhar e cuidar de um idoso dependente. *Cadernos Sociedade e Trabalho* VII: 119-154.
- King, Russell. 2000. Southern Europe in the changing global map of migration. In *Eldorado or fortress? Migration in Southern Europe*, orgs. Russell King, Gabriella Lazaridis, e Charalambos Tsardanidis, 1-26. Londres: Macmillan Press.
- King, Russell, org. 2001. *The Mediterranean passage: Migration and new cultural encounters in Southern Europe*. Liverpool: Liverpool Univ. Press.
- Kofman, Eleonore. 1999. Female «birds of passage» a decade later: Gender and immigration in the European Union. *International Migration Review* 33 (2): 269-299.
- Leandro, Maria Elena. 1995. *Familles portugaises. Projets et destins*. Paris: L'Harmattan.
- Lima, Marcos, e Jorge Vala. 2004. Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia, Teoria e Pesquisa* 20 (1): 11-19.
- Machado, Fernando Luís, e Heloísa Perista. 1997. Femmes immigrées au Portugal: Identités et différences. *Migrations Sociétés* 52: 91-103.
- Mahler, Sarah. 1999. Engendering transnational migration. *American Behavioral Scientist* 42 (4): 690-719.
- Morakvasic, Mirjana. 1983. Women in migration: Beyond the reductionist outlook. In *One way ticket: Migration and female labour*, org. Annie Phizacklea, 13- 31. Londres: Routledge.
- Morakvasic, Mirjana. 1984. Birds of passage are also women. *International Migration Review* 18: 886-907.
- Morakvasic, Mirjana, Umut Erel, e Kyoko Shinozaki, orgs. 2003. *Crossing borders and shifting boundaries: Gender on the move*. Oplanden: Leske+Budrich.
- ONU. 2004. *The World Survey on the Role of Women*. Nova Iorque: ONU/Divisão para o Avanço da Mulher do Departamento de Assuntos Sociais e Económicos.
- Padilla, Beatriz. 2007. A imigrante brasileira em Portugal: Considerando o género na análise. In *Imigração brasileira em Portugal*, org. Jorge Malheiros. Lisboa: ACIDI.
- Parreñas, Rhacel S. 2001. *Servants of globalization: Women, migration, and domestic work*. Stanford: Stanford Univ. Press.
- Parreñas, Rhacel S. 2005. *Children of global migration: Transnational families and gendered woes*. Stanford: Stanford Univ. Press.

Karin Wall, Cátia Nunes, Ana Raquel Matias

- Peixoto, João. 2006. *Mulheres migrantes: Percursos laborais e modos de inserção socioeconómica das imigrantes em Portugal*. Documento não publicado. Relatório Científico: SOCIUS-ISEG.
- Pessar, Patricia, e Sarah Mahler. 2003. Transnational migration: Bringing gender. *International Migration Review* 373: 812-846.
- Phizacklea, Annie. 1983. *One way ticket. Migration and female labour*. London: Routledge.
- Phizacklea, Annie. 2003. Transnationalism, gender and global workers. In *Crossing borders and shifting boundaries: Gender on the move*, orgs. Mirjana Morakvasic, Umut Erel, e Kyoko Shinozaki, 79-101. Oplanden: Leske+Budrich.
- Pimentel, Luísa. 2006. *A prestação de cuidados a pessoas idosas dependentes: Uma análise das relações familiares intergeracionais e de germanidade*. Tese de doutoramento em Sociologia. Lisboa: ISCTE.
- Sassen, Saskia. 2003. The feminization of survival: Alternative global circuits. In *Crossing borders and shifting boundaries: Gender on the move*, orgs. Mirjana Morakvasic, Umut Erel, e Kyoko Shinozaki, 59-78. Oplanden: Leske+Budrich.
- Sertório, E., e F. S. Pereira. 2004. *Mulheres migrantes*. Lisboa: Ela por ela.
- SOS Racismo. 2002. *A imigração em Portugal: Os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo.
- Taboada-Leonetti, Isabel, e Florence Levy. 1979. *Femmes et immigrées: L'insertion des femmes immigrées en France*. Paris: Documentation Française.
- Torres, Anália, org. 2004. *Homens e mulheres entre família e trabalho*. Lisboa, DEEP, Estudos, 1.
- Wall, Karin. 1984. Mulheres que partem e mulheres que ficam: Uma primeira análise da função social e económica das mulheres no processo migratório. *Ler História* 3: 53-63.
- Wall, Karin, org. 2005a. *Famílias em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin, Cátia Nunes, e Ana Raquel Matias. 2005. Immigrant women in Portugal: Migration trajectories, main problems and policies. Working Paper. Lisboa: ICS-UL.
- Wall, Karin, Cátia Nunes, e Ana Raquel Matias. 2005b. *Female Migration Vision. Immigrant Women in Portugal: migration trajectories, main problems and policies – Portugal*. Working paper WP7- 05. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. [http://66.102.9.104/search?q=cache:vIhq3pDgZ4J:www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2005/wp2005\\_7.pdf+Female+Migration+Vision&hl=en&ct=clnk&cd=1](http://66.102.9.104/search?q=cache:vIhq3pDgZ4J:www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2005/wp2005_7.pdf+Female+Migration+Vision&hl=en&ct=clnk&cd=1)
- Wall, Karin, Sanda Samitca, e M. Leitão. 2008. *Family-work policies in Portugal*. Relatório Científico. Lisboa: ICS-UL.
- Wall, Karin, e José São José. 2004. Managing work and care: a difficult challenge for immigrant families. *Social Policy & Administration* 38 (6): 591-621.
- Wall, Karin, José São José, e Sónia Correia. 2002. Mães sós e cuidados às crianças. *Análise Social* 163: 631-663.
- Wenden, Catherine. 2005. *Atlas des migrations dans le monde – Réfugiés ou migrants volontaires*. Paris: Éditions Autrement, Collection Atlas /Monde.
- Zlotnik, Hania. 1990. International migration policies and the status of female migrants. *International Migration Review* 24 (2): 372-381.